

A TIPOLOGIA REGIONAL DAS RURALIDADES BRASILEIRAS COMO REFERÊNCIA ESTRATÉGICA PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Jan Bitoun, Livia Izabel Bezerra de Miranda

RESUMO

O presente artigo se baseia no trabalho coletivo de pesquisadores que participaram do estudo “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014). Apresenta uma tipologia dos espaços rurais brasileiros, construída a partir de uma abordagem multidimensional, subsidiada por experiências internacionais, de países similares ao Brasil, no que se refere aos níveis de urbanização e industrialização. O artigo apresenta alguns resultados do estudo que objetiva auxiliar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural que considerem a diversidade do território nacional e de suas ruralidades, uma vez que este é um complexo desafio para os formuladores de políticas públicas e gestores preocupados com o planejamento territorial.

Palavras-chaves: Tipologias; Espaços Rurais; Planejamento Territorial.

THE REGIONAL TYPOLOGY OF BRAZILIAN RURALITIES AS STRATEGIC REFERENCE FOR THE RURAL DEVELOPMENT POLICY

ABSTRACT

This article is referenced in the collective work of researchers who participated in the study “Rethinking Rural Policy Concept in Brazil: implications for public policies”, coordinated by the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture (IICA) and financed by the Ministry of Agrarian Development (2014). It presents a typology of Brazilian rural areas, constructed from a multi-dimensional approach, supported by international experiences of similar Countries to Brazil in reference to levels of urbanization and industrialization. The study aims to assist the formulation of public rural development policies that consider the diversity of the Country and its rurality, one of the complex challenges public policy makers and managers concerned with territorial planning have to face.

Key-words: Typologies; Rural Spaces; Territorial Planning

Doutor em Geografia Humana e Organização do Espaço, professor na Universidade Federal de Pernambuco, PPGEO, jbitoun@terra.com.br

Doutora em Desenvolvimento Urbano, Professora na Universidade Federal de Campina Grande, PPGECA, liviaibmiranda@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As reflexões aqui apresentadas referenciam-se no trabalho coletivo de pesquisadores que participaram do estudo “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, coordenado pelo Instituto Interamericano para Cooperação (II-CA e patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014)¹. Pautado pelo desafio de pensar a dimensão que se deve atribuir ao rural no Brasil atual, o estudo buscou romper com a visão consolidada de rural, classicamente associada ao espaço da produção. Propôs caracterizar os espaços rurais a partir de uma abordagem multidimensional, sintonizada com a heterogeneidade característica do território brasileiro. Para tanto foram consideradas, metodologias de experiências internacionais, condicionantes físico-ambientais e algumas dimensões caracterizadas por atributos (habitat, trabalho e condições de vida, dinâmicas recentes) para propor uma tipificação regionalizada dos espaços rurais na atualidade. Essas tipologias foram a base para observar as políticas públicas (sobretudo as voltadas a promover o desenvolvimento rural). O estudo buscou, ainda, subsídios nas bases legais vigentes no país, visando realçar possíveis atualizações da definição do rural brasileiro, na perspectiva de avançar numa proposta de agenda para o futuro.

Aqui apresentamos as dimensões da construção da Tipologia das Ruralidades Brasileiras (Bitoun et al., 2014). No momento atual, quando se reconfiguram e se revalorizam as representações sociais do rural e do urbano, a Tipologia se configura como uma representação em escala intermediária da diversidade do território nacional, enfocada a partir do seu mundo rural. Essa representação,

dividiu o Brasil em 26 Tipos Regionalizados e buscou incorporar dimensões que permitissem subsidiar nas políticas públicas: i) da revalorização das representações sociais do rural, ressaltando sua diversidade no contexto da urbanização extensiva; ii) da nova consciência ambiental e da emergência de múltiplos sujeitos coletivos e individuais nos campos e nas florestas que, desde algumas décadas, procuram ser ativos protagonistas na definição e implementação de políticas públicas de desenvolvimento agrário e rural.

O estudo procurou assumir premissas sobre o rural e as ruralidades brasileiras que são, em grande medida, contrapontos às generalizações que anunciam um Brasil cada vez mais urbano. Como afirmam Wanderley e Favareto (2013, p. 415), “(...) o rural não é uma categoria a-histórica, que se possa definir de maneira essencialista, independentemente do tempo e do lugar.” Nessa perspectiva, a elaboração de políticas públicas não pode ser somente um exercício técnico, demanda a adequação de critérios técnicos à singularidade do território brasileiro, permeado fortemente por interdependências do rural com o urbano e com outras esferas da vida social.

A grande heterogeneidade e dinâmicas (para dar conta do tempo) e a diversidade das ruralidades são outras premissas centrais. Estão presentes em diferentes escalas, dos grandes subespaços nacionais até a heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade da terra e de organização econômica e social em diversas escalas de observação e de vida. Evidenciar essa diversidade pressupõe encontrar uma escala geográfica intermediária que seja mais ampla do que os municípios e menor do que as grandes regiões brasileiras definidas pelo IBGE. A heterogeneidade e a diversidade são características do território brasileiro e decorrem de

¹ Este artigo está baseado no relatório técnico: Tipologia Classificação das Ruralidades Brasileiras, desenvolvido pela Equipe: Jan Bitoun e Lívia Izabel Bezerra de Miranda (Coordenadores); Fernando Ramalho Gameleira Soares (Banco de Dados Geográfico e Cartografia); Maria Rejane Souza de Britto Lyra (Análises Multivariadas e Demográficas); Jeremias Silva Cavalcanti (Análise da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – 1957/1960) e no Texto de referência: Brasil: um novo olhar sobre o rural e seus desafios, coordenado pela professora e Tania Bacelar de Araújo, com coautoria de: Arilson Favoreto, Cátia Grisa, Cláudia Job, Humberto Oliveira, Jan Bitoun, Karina Kato, Leonilde Medeiros, Lívia Miranda, Maria Lucila Bezerra, Maria Nazaré Wanderley, Mariana Trotta, Nelson Delgado, Sergio Pereira Leite, Silvia Zimmermann. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>

diferentes condicionantes físico-ambientais, histórico-culturais e das opções ideológicas do desenvolvimento nacional. As transformações econômicas recentes têm impactado o formato de desenvolvimento agropecuário, industrial e de serviços, no entanto, a maioria dos planos e políticas de desenvolvimento estão formatados sem considerar a heterogeneidade de intra-regional.

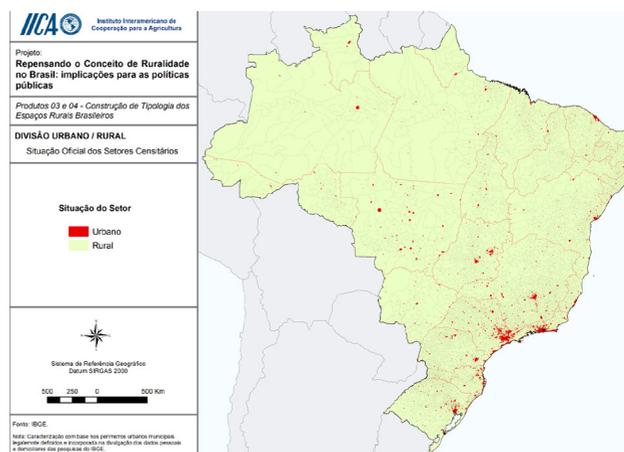
As formas de regulação territorial do rural brasileiro caracterizam-se pelo vazio institucional, fator que se explica em grande medida pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento brasileiro, como mais uma vez afirmam Wanderley e Favareto (2013, p. 416). A persistência dos espaços rurais na trajetória da urbanização brasileira ressalta sua importância para a economia, a coesão social e a sustentabilidade ambiental. No entanto, os espaços rurais são pouco regulados. Para a economia é bem evidente... para a coesão social e sustentabilidade ambiental, tenho dúvidas. Nesse âmbito, há inclusive sobreposição de competências constitucionais como aponta Saule Jr. (2009).

O artigo, aqui apresentado, está estruturado em duas partes: na primeira resgata-se a discussão conceitual sobre o rural brasileiro na busca de construir uma concepção menos produtivista desse universo e apresenta-se um ensaio baseado em uma proposta de classificação menos dicotômica entre o rural e o urbano. Essa proposta está embasada em experiências internacionais notadamente latino americanas e europeias; na segunda parte expõe-se a proposta metodológica para a construção da Tipologia dos Espaços Rurais e comenta-se os seus resultados mais gerais visando caracterizar 26 grandes tipos intermediários onde se situam diferentes rurais existentes no território nacional; e, por fim observa-se, ainda que de maneira preliminar, alguns desafios para a associação da dimensão rural na estruturação de políticas de desenvolvimento territorial (urbano, rural, regional) no Brasil.

1. BASES CONCEITUAIS E METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DE UMA TIPOLOGIA DOS ESPAÇOS RURAIS NO BRASIL

A proposta de Tipologia dos Espaços Rurais no Brasil enfocou duas questões principais: a primeira buscou referendar as teses que dizem respeito a dimensão real do rural brasileiro nos tempos atuais; e, a segunda investigou como este rural se expressa no amplo e diferenciado território do país. Para tanto assumiu uma concepção não produtivista em que a ruralidade é entendida a partir da forma como se organiza a vida social, considerando: o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida. Dessa forma, pressupõe a compreensão dos espaços rurais em suas múltiplas dimensões: *física* (ocupação do território e os seus símbolos), *do vivido* (particularidades do modo de vida e referência identitária) e *lugar de onde se vê e se vive o mundo* (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (Araújo et al., 2014). O rural que resulta da associação institucional com o perímetro urbano municipal é um retrato distorcido desse universo no território nacional como mostra a Figura 1.

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO URBANO E DO RURAL NO BRASIL



Uma reavaliação do peso do Brasil rural se faz necessário posto que a subestimação

na contagem populacional impacta tanto no imaginário da sociedade – que se supõe mais urbana do que realmente é – como influencia no desenho de muitas políticas públicas. O estudo ressalta que o redimensionamento para maior representação do Brasil rural não implica em redefinir as práticas censitárias cuja continuidade permite garantir a comparação em série histórica, mas permite libertar os planejadores e operadores de políticas públicas da dependência exclusiva da representação instituída pelas leis municipais dos perímetros urbanos e aproximar a representação do rural no Brasil de práticas vigentes no ambiente mundial, além de chegar mais perto da riqueza e da vitalidade do rural brasileiro.

Na proposição de uma nova caracterização para o rural brasileiro, partiu-se da experiência internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE na construção de tipologias para os espaços rurais europeus. Ao longo dos últimos vinte anos a metodologia vem sendo aperfeiçoada. Nas primeiras experiências (1994) utilizou-se a densidade demográfica para classificar as regiões como rurais ou urbanas. Em 2005, associou-se o critério de tamanho dos centros urbanos e mais tarde (2011) foram consideradas as influências da distância a um centro urbano. Com tais avanços conceituais, a OCDE passou a classificar as áreas rurais distinguindo as que se encontram *isoladas* das que se situam *próximas* a centros urbanos onde as populações rurais acessam serviços ou mesmo trabalham, resultando na seguinte classificação: i) Regiões predominantemente urbanas; ii) Regiões intermediárias *próximas* de uma cidade; iii) Regiões intermediárias *isoladas*; iv) Regiões predominantemente rurais *próximas* de uma cidade e v) Regiões predominantemente rurais *isoladas*.

Considerando o conjunto dos critérios da OCDE e com base no acervo do Banco de Dados Geográfico reunido para o estudo, buscou-se classificar as áreas rurais para o caso brasileiro, adotando-se alguns procedimentos metodológicos considerando as bases de dados acessíveis no momento do estu-

do no Brasil. Optou-se por utilizar a unidade espacial municipal para identificar os espaços urbanos e rurais, e não as microrregiões legalmente institucionalizadas. Esta opção justifica-se porque a forma de delimitação das microrregiões brasileiras pelo IBGE, na década de 50, consideraram uma metodologia de região geográfica ou humana, com maior ênfase no quadro natural, sem incorporar as centralidades urbanas como critério fundamental. Embora se tenha utilizado o recorte municipal como unidade territorial, buscou-se um gradiente de classificação próximo do proposto pela OCDE: *municípios predominantemente e relativamente rurais isolados ou próximos de cidades*.

As variáveis utilizadas para a classificação foram: i) tamanho populacional; ii) percentual de população residente em habitat rural; iii) percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária no total do Valor Agregado em 2010; iv) distância gráfica (reta) da sede para a sede mais próxima que apresentasse qualquer posição hierárquica superior. Em função da diversidade do território brasileiro evitou-se adotar patamares uniformes para as variáveis utilizadas na classificação. O tamanho populacional das cidades foi analisado considerando a classificação dos municípios na hierarquia urbana das centralidades identificada pelo IBGE no estudo das Regiões de Influência de Cidades: centros locais, centros de zona, centros sub-regionais, capitais regionais e metrópoles com suas áreas de concentração populacionais (IBGE, 2008). O percentual de população residente em habitat rural substituiu a densidade na metodologia original da OCDE. Foi considerada a População em Habitat Rural, a soma da população residente em setores com códigos de situação 8 (Zona Rural exclusiva de Aglomerados Rurais) 7, 6, 5 (Aglomerados Rurais Isolados) e 1, 2 e 4 (Áreas Urbanas, Urbanizadas e Não Urbanizadas, Aglomerados Rurais de expansão urbana) quando situados fora do Distrito Sede (as Vilas e suas expansões limítrofes fora do perímetro urbano).

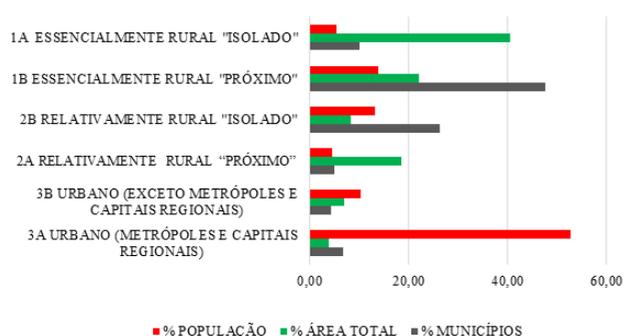
ta; nos demais biomas, o limite adotado foi 60 km. Sabe-se que esses limites estão muito distantes do cotidiano das populações, mas a proposta de redimensionamento deve ser vista como uma primeira representação, um ponto de partida para futuros aprofundamentos. Os procedimentos aqui descritos permitiram classificar os municípios brasileiros em 6 classes, conforme Quadro 3 e Gráfico 1.

QUADRO 3 – REDIMENSIONAMENTO DO RURAL NO BRASIL I

BRASIL – CLASSES: ESSENCIALMENTE RURAL, RELATIVAMENTE RURAL, URBANO	Municípios	Área km ²	Pop Total (2010)	Pop Total Brasil (%)
1A Essencialmente rural “Isolado”	562	3.436.337,2	10.172.453	5,33
1B Essencialmente Rural “Próximo”	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
2A Relativamente Rural “Próximo”	276	1.578.631,5	8.658.211	4,54
2B Relativamente Rural “Isolado”	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
3B Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais	232	592.383,4	19.764.106	10,36
3A Urbano em Metrôpoles e Capitais Regionais	375	325.137,4	100.567.300	52,72
TOTAIS	5.565	8.502.729,1	190.755.799	100,00

Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO, DA ÁREA E DO Nº DE MUNICÍPIOS DO BRASIL SEGUNDO CLASSES DE MUNICÍPIOS RURAIS E URBANOS



Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

Concluiu-se, portanto, que o percentual da população residente em municípios essencialmente e relativamente rurais corresponde a 37% da população total do país distribuída em 87% dos municípios, que se estendem

sobre 89,2% do território nacional. Há uma nítida convergência entre os resultados obtidos e diversos estudos que redimensionam a população rural do país em pelo menos o duplo da população rural oficial: VEIGA (2004) – 43%, CANDIA BAEZA (2011) – 36,2%. No Quadro 4, apresenta-se a distribuição oficial da população residente em Zonas Urbana, delimitada por leis municipais, e rural em cada uma das 6 classes, e na Figura 1, pode-se observar a distribuição geográfica dessas classes.

QUADRO 4 - REDIMENSIONAMENTO DO RURAL NO BRASIL II

BRASIL - CLASSES ESSENCIALMENTE RURAL, RELATIVAMENTE RURAL, URBANO	POPULAÇÃO URBANA 2010 OFICIAL	POPULAÇÃO RURAL 2010 OFICIAL
1A Essencialmente Rural “Isolado”	5.418.421	4.754.032
1B Essencialmente Rural “Próximo”	14.652.632	11.914.427
2A Relativamente Rural “Próximo”	6.828.316	1.829.895
2B Relativamente Rural “Isolado”	18.946.224	6.080.446
3B Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais	17.559.743	2.204.363
3A Urbano em Metrôpoles e Capitais Regionais	97.520.468	3.046.832
TOTAIS	160.925.804	29.829.995

Fonte: (BITOUN, J.; MIRANDA, L., 2013, s.p)

Em todas as classes, predomina a população residindo em perímetros urbanos. Nas classes essencialmente rurais, observa-se uma situação de quase equilíbrio (cerca de 45% da população em zona rural); nas classes relativamente rurais, a proporção de população rural cai para pouco mais de 20% (21% no relativamente rural próximo e 24% no isolado). Nas classes urbanas, ainda há 11% de população rural nos municípios intermediários e somente 3% na classe que agrupa metrôpoles, capitais regionais e suas áreas de concentração populacional.

Quando observada a distribuição geográfica dos resultados, predomina a classe “essencialmente rural e isolada” em grandes extensões da Amazônia, onde há uma população dispersa em pequenas localidades ribeirinhas e na floresta. Os municípios dessa clas-

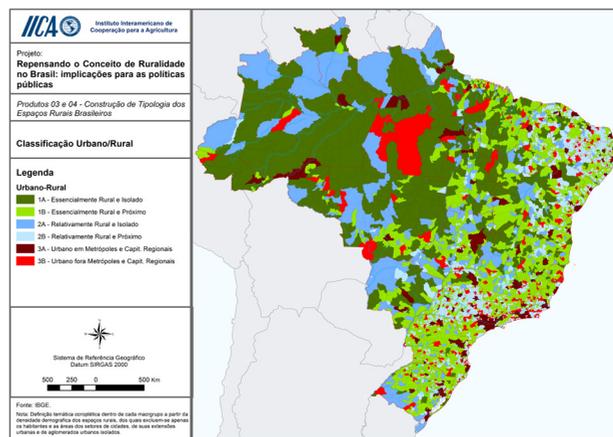
se, também ocupam grandes áreas do Cerrado, central e setentrional e em Mato Grosso do Sul; estão presentes também nos sertões central e meridional do Nordeste. Nessas localizações é a distância aos centros maiores, que associada à presença de muitos povoados (excetuando o Cerrado de Mato Grosso do Sul), é o fator decisivo.

A classe “relativamente rural e isolada” acompanha a mesma distribuição. Reúne municípios onde a população está muito concentrada em habitat urbano (ex. do Pampa, do Pantanal e de alguns municípios da Amazônia) e municípios onde a mineração e outras atividades reduzem o peso da participação do valor agregado agropecuário na economia local. O caráter de isolamento precisa ser relativizado em municípios de fronteira em contato direto com cidades vizinhas estrangeiras (do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, do Peru, da Colômbia, da Venezuela, da Guiana e da Guiana Francesa).

A classe” relativamente rural e próxima” predomina em dois polos opostos. No Estado de São Paulo, deve-se essencialmente ao baixo percentual da população residindo em habitat rural. Nos sertões do Nordeste, onde a população em habitat rural é maior, muitos municípios foram transferidos para essa classe na fase de ajuste em função da muito baixa participação das atividades agropecuárias no valor agregado. Trata-se, nesse caso de um rural socialmente vivo, mas economicamente vazio. Ainda compõem essa classe, municípios com grande participação na economia local dos serviços de turismo e lazer, especialmente em localização litorânea próximas dos grandes centros, e em regiões serranas de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Observa-se no mapa que a classe dos municípios “essencialmente rural e próxima” abrange as grandes concentrações do campesinato, especialmente no Sul, em Minas, no Agreste, no Maranhão e no nordeste do Pará. A zona da Mata do Nordeste também se caracteriza pelo alto percentual da população residindo em habitat rural. Em todas essas áreas, há uma forte presença de cidades intermediárias.

FIGURA 2 – CLASSIFICAÇÃO URBANO-RURAL



A questão central não é separar urbano e rural num outro patamar mas entender a relação entre os lugares habitados no espaço (mais ou menos concentradores de população) e o mundo rural requalificado como espaço social a partir do urbano (não confundido com cidades). Alerta-se, mais uma vez que, o intuito desta classificação é apenas mostrar que quando o objetivo é promover políticas públicas de desenvolvimento territorial as informações podem ser organizadas de forma a realçar e visibilizar os espaços que são os principais demandantes dessas políticas. A alternativa representação cartográfica que visa re-dimensionar o rural brasileiro e romper com a dicotomia instituída entre o rural e o urbano, introduz uma reflexão preliminar acerca da diversidade desses dois polos interligados.

1. A TIPIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS BRASILEIROS

Dois Métodos de agrupamento e delimitação de espaços geográficos foram associados para proceder à Tipologia dos Espaços rurais brasileiros: i) Métodos de Regionalização; e, ii) Métodos de Tipificação.

Os métodos de Regionalização servem ao reconhecimento de entidades espaciais a partir de características específicas de determinada porção do território e de acordo com sua natureza podem ser utilizadas para diferentes fins. Regiões históricas, naturais sim-

ples, naturais complexas, geográficas e polarizadas têm em comum o fato de, por meio de institucionalização ou de técnicas, delimitar manchas contínuas no mapa do país.

A tipificação é uma construção relacional de atributos cuja presença/ausência ou grau de intensidade varia com entidades espaciais que são agrupadas em tipos por meio de análise univariada ou por uma combinação de vários desses atributos (análise multivariada). Da análise multivariada resultaram CLUSTERS. O conceito de tipo e os métodos de tipificação não envolvem o compromisso com continuidade territorial das entidades espaciais objetos da tipificação.

Algumas decisões estratégicas nortearam a construção da metodologia:

- i. O estudo adotou como ponto de partida a divisão em Biomas, evitando seguir a divisão política e histórica do território em Estados (e, conseqüentemente, da divisão em grandes regiões N, NE, CO, SE, S). Essa decisão deveu-se ao fato que a estrutura dos poderes foi muito desfavorável aos segmentos majoritários do mundo rural considerando que os estados no Brasil são regiões históricas (herdeiras das capitanias e províncias) e de organização dos poderes (funditários sobre o solo, políticos na construção da federação, na distribuição dos poderes civil, religioso, técnico-científico e sindical). Mesmo se nas últimas décadas houve avanços, estes não compensaram ainda o fato que nessa relação, para o mundo rural o essencial é o contraste entre a apropriação concentrada do solo (sesmarias coloniais, lei de terra de 1850 e morosidade nas iniciativas de Reforma Agrária) e a instabilidade da força de trabalho rural e dos residentes no campo no decorrer da história (indígenas, afrodescendentes, êxodo rural em diversas etapas e escalas temporais e espaciais). Assim, escolher como ponto de partida os Biomas é evidenciar outra condição, esta própria do mundo rural: Sua relação com a transformação direta da natureza (antes e depois da “Revolução Verde”) como espaço de trabalho e de vida. É também reconstituir unidades entre tipos de ruralidades presentes em vários estados;
- i. O Município foi a unidade espacial de partida, uma vez que a escala municipal é uma unidade espacial que possibilitará, em trabalhos futuros, reconstituir territórios formados por agrupamentos de municípios em dimensões infra estaduais, a partir dos bancos de dados sistematizados para a pesquisa.
- ii. As variáveis para análises estatísticas deveriam enfatizar as condições de trabalho e de vida, em detrimento das variáveis de produção agropecuária, uma vez que os pressupostos buscam ressaltar o rural como espaço de vida e não como mera plataforma de produção. Essa última decisão vincula-se à inseparabilidade do desenvolvimento agrário e do desenvolvimento rural afirmado em especial na vertente do desenvolvimento territorial.
- iii. Foi excluído do estudo o Brasil predominantemente urbano, que foi chamado de GRANDE URBANO (que é constituído por 376 municípios, que abrigavam cerca de 100 milhões de brasileiros, em 2010). O quadro 6 apresenta as DIMENSÕES e ATRIBUTOS utilizados.

1.1 O BANCO DE DADOS (BD) TIPOLOGIA RURAL

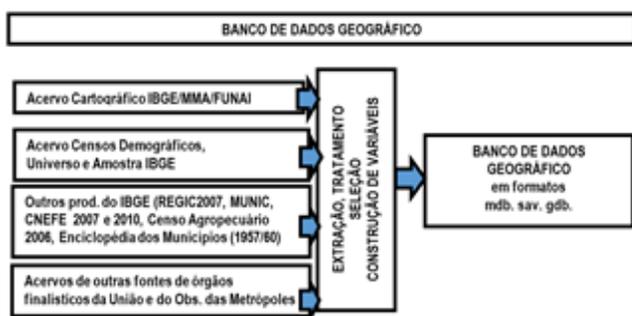
O Banco de Dados (BD) Tipologia Rural foi inicialmente modelado para integrar os atributos espaciais e não espaciais dos objetos e classes analisadas em um mesmo banco. Optou-se, contudo, visando a mais ampla difusão dos dados e uma maior facilidade de sua manipulação, pela manutenção dos dados não espaciais em bancos independentes e autônomos em relação aos seus atributos espaciais (geometria, topologia, etc.), contornando, assim, a necessidade de utilização de softwares específicos pelos usuários da informação.

Várias fontes foram consultadas levando a coleta e organização de um grande número de variáveis e tabelas. Paralelamente à estruturação da base, a partir essencialmente de estatísticas públicas, buscou-se reunir formas espaciais das principais entidades de interesse com a finalidade de se permitir a espacialização do dado coletado que estivesse relacionado a uma feição geográfica delimitável. O Organograma apresentado abaixo mostra os fluxos de coleta, extração, tratamento e seleção das variáveis que compõem o BDG Tipologia Rural (Fluxograma 1).

O Banco de Dados Não Espacial “BD_Tipologia Rural” foi consolidado no formato MDB (Access) e teve suas tabelas exportadas em formatos XLS (Excel) e SAV (SPSS). As principais classes trabalhadas e constantes no banco se referem aos objetos: Município; Localidade; Tipo Regionalizado; Classe Rural/Urbano. Outras entidades estão explícitas como tabelas no MDB, mas somente como apoio a agregações de dados em outras escalas territoriais como microrregião, mesorregião, macrorregião, unidade da federação, etc. É possível a partir de uma chave comum (Código IBGE do município) reconstituir territórios formados por agrupamentos de mu-

nicípios em dimensões infra estaduais, como os Territórios Rurais e da Cidadania, ou estaduais e ter acesso a variáveis em escala municipal. Associar variáveis de produção agropecuária a essa mesma chave será possível, mas não foi o objetivo perseguido no projeto.

FLUXOGRAMA 1 – BDG TIPOLOGIA RURAL



Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

Foram definidas cinco DIMENSÕES a partir das quais a realidade rural foi observada: a) o Habitat, onde se inscrevem características demográficas e físicas dos municípios; b) o Trabalho, centrado na inserção produtiva dos territórios examinados; c) as Condições de vida e socioculturais, d) a consideração de Dinâmicas recentes – demográfica e econômica – e por fim, e) a identificação de Políticas em Ação na qual se buscou examinar variáveis ligadas às políticas públicas).

QUADRO 6 – DIMENSÕES E ATRIBUTOS

DIMENSÕES	TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA		DINÂMICAS RECENTES		
	Trabalho	Condições de vida	Econômicas e Demográficas	Políticas em Ação	
ATRIBUTOS	Densidade das centralidades no município	Estrutura ocupacional	Densidade de equipamentos de serviços básicos, de comunicação e econômicos.	Evolução demográfica recente	Agrárias
	Proporção da população em áreas rurais e nas cidades	Estrutura fundiária		Relação Migrantes Naturais	Agrícolas
	Densidade da população em áreas rurais	Relação Agricultura Familiar Patronal	Vulnerabilidade dos residentes	Razão de Sexo	De Meio Ambiente
	Distâncias a centralidade municipal e extramunicipal	Relação Mono atividade Pluriatividade	Mobilidade para o estudo	Envelhecimento	
	Distâncias às rodovias e hidrovias	Mobilidade para o Trabalho	Diversidade étnico-cultural	Evolução do Valor Agregado Bruto por Setores	De Equipamentos em áreas rurais e pequenos municípios

Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

1.2 A TIPIFICAÇÃO

O primeiro passo da tipificação foi a análise fatorial multivariada. A partir das variáveis trabalho e condições de vida foram identificados os atributos do que resultou a identificação das VARIÁVEIS trabalhadas na análise fatorial para definir os padrões de agrupamentos em clusters. Por meio dos seguintes procedimentos: Matriz de correlação, Teste de adequação dos dados à análise fatorial de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), Extração - Comunalidades, Método de Rotação Ortogonal - Varimax, Método para estimar os scores dos coeficientes dos fatores - Regressão, Análise de Agrupamentos ou “Clusters” (Padrões). (Quadro 6).

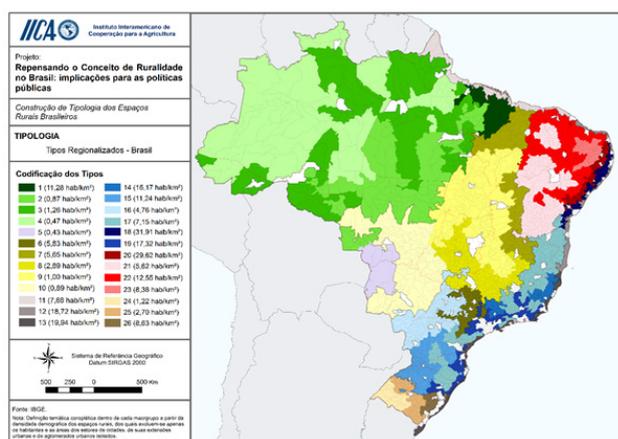
Após análise interpretativa dos padrões evidenciados em cartogramas de clusters, lançou-se mão de técnicas de regionalização para propor TIPOS REGIONALIZADOS. Nesta fase procedeu-se: a verificação de variáveis de municípios isolados para incluí-los no agrupamento contínuo mais adequado; Distribuição do habitat; Características da Dinâmica Recente; Aspectos físico-naturais e da trajetória histórica; Infraestruturas rodoviárias; Consultas a tipologias existentes; Verificação da relativa coesão dos Tipos Regionalizados por meio de análise de desvios padrão. A caracterização descritiva dos Tipos Regionalizados foi realizada por meio de operação espacial de superposição de mapas e de algumas variáveis desse Banco de Dados Geográfico.

1.3 Os TIPOS ENCONTRADOS

Os 26 Tipos Regionalizados de espaços rurais brasileiros encontrados estão espacializados na Figura 2. Os Tipos configuram uma representação em escala intermediária da diversidade do território nacional enfocada a partir do seu mundo rural. Nessa figura as cores remetem aos biomas (verde: Amazônia e parte noroeste do Pantanal; amarelo/ocre: Cerrado; vermelho/rosa: Caatinga; marrom: Pampa; Azul: Mata Atlântica; cinza: Linha de Costa; cinza claro: Pantanal) e as tonalidades mais ou menos intensas em cada bio-

ma, às densidades em habitat rural. Essas variavam de 0,43 hab./km² (Tipo 5 Pantanal) a 31,91 hab./km² (Tipo 18, da Mata Atlântica no Nordeste canavieiro) constituindo um dos condicionantes da vida rural, sempre mais destacado em estudos internacionais. Os tipos receberam denominações referentes a suas localizações geográficas como mostra o Quadro 7. Várias leituras do Brasil rural podem ser feitas com base na observação das variáveis disponíveis.

FIGURA 3 – BRASIL: TIPOS DE ESPAÇOS RURAIS



QUADRO 7 – TIPOS REGIONALIZADOS: DENOMINAÇÕES

TIPOS REGIONALIZADOS	DENOMINAÇÕES
1	Amazônia: Baixo Tocantins; Região Bragantina; Baixada Maranhense; Rodovia Pará Maranhão.
2	Amazônia e Extremo Noroeste do Pantanal: Norte de Mato Grosso; BR 163; PA 150; Belém Brasília Paraense.
3	Amazônia: Transamazônica; Margem Norte do Baixo e Médio Rio Amazonas; Sul de Roraima; Acre – Rio Branco, Cruzeiro do Sul –; Rondônia; Bico de Papagaio; Araguaia Paraense.
4	Amazônia: Amazônia Ocidental; Norte de Roraima; Trombetas; Baixo Amazonas; Marajó;
5	Pantanal
6	Cerrado Paulista
7	Cerrado: Norte de Minas Gerais; Oeste da Bahia às margens do São Francisco; Extremo Sul do Piauí; Maranhão dos Cocais.
8	Cerrado: Centro e Sul de Goiás; Oeste e Centro de Minas.

TIPOS REGIONALIZADOS	DENOMINAÇÕES
9	Cerrado: Noroeste de Minas Gerais; Extremo Oeste da Bahia; Tocantins; Sudoeste do Piauí; Sul do Maranhão;
10	Cerrado: Mato Grosso do Sul; Sudoeste de Goiás; Sul de Mato Grosso;
11	Linha de Costa Norte e Nordeste, do Oiapoque a Fortaleza.
12	Linha de Costa Nordeste, de Fortaleza ao Sul da Bahia.
13	Linha de Costa Sudeste e Sul, do Espírito Santo ao Chuí.
14	Mata Atlântica: Oeste do Espírito Santo; parte Norte da Zona da Mata e Sul/Sudoeste de Minas Gerais.
15	Mata Atlântica: Centro e Sudoeste Paranaense; Oeste Catarinense e Microrregião de Canoinhas; Noroeste Gaúcho.
16	Mata Atlântica: Oeste Paulista; Limite Triângulo Mineiro//Goiás; Norte e Oeste Paranaenses; Sul de Mato Grosso do Sul.
17	Mata Atlântica: Sul da Bahia; Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Campo das Vertentes (Minas Gerais); Noroeste Fluminense; Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (SP), Centro Sul Paranaense; Campos de Lajes, Curitibaanos, Joaçaba (SC); Vacaria (RS).
18	Mata Atlântica: Mata Nordestina de Natal ao Recôncavo.
19	Mata Atlântica: Entornos do Rio, Juiz de Fora, Viçosa, Belo Horizonte, São Paulo; Leste Paranaense e Catarinense; Velhas Colônias Gaúchas.
20	Caatinga: Agrestes de Natal a Feira de Santana.
21	Caatinga: Sertões Sul e Oeste.
22	Caatinga, Sertões Norte, áreas úmidas de altitude, irrigadas; Cocais do Piauí.
23	Caatinga, Sertões Norte Orientais com maior aridez (RN/PB/PE).
24	Pampa: Campanha Gaúcha.
25	Pampa: Missões e Sul do Estado.
26	Pampa: Nordeste.

Fonte: (Bitoun e Miranda, 2013, s.p).

1.4 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA NOS TIPOS REGIONALIZADOS

Para a reconstituição da trajetória histórica em cada tipo foram consultados os verbetes municipais da enciclopédia dos municípios. O tratamento das informações da Enciclopédia dos Municípios complementada pelo Censo de 1950 permitiu incorporar ao banco

de dados informações referentes à trajetória de tempo médio tratando da Evolução Populacional e do Crescimento de Centralidades. No Quadro 20 as taxas brutas de crescimento em cada Tipo Regionalizado distribuem-se em relação à taxa bruta nacional: todos os quatro Tipos do Bioma Amazônia, dois do Bioma Cerrado e um da Linha de Costa (Sudeste e Sul) apresentaram taxas iguais ou muito superiores à taxa nacional, mesmo sem contar com a população das Capitais e Metrôpoles. Confirma-se que parte do Brasil Rural com as suas cidades, pequenas e médias apresentou no período uma intensa dinâmica populacional de povoamento. No outro extremo, com taxas extremamente baixas, porém ainda positivas, encontram-se dois dos três tipos do Bioma Pampa e dois dos seis tipos da Mata Atlântica.

QUADRO 20 - TIPOS REGIONALIZADOS: TAXAS BRUTAS DE CRESCIMENTO

TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Próxima ou superior à Taxa bruta nacional	TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Inferior à Taxa bruta nacional	TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Muito inferior à Taxa bruta nacional	TIPOS REGIONALIZADOS	Taxa bruta de crescimento populacional 1950-2010	Extremamente inferior à Taxa bruta nacional
2	13.743,07	6	158,47	8	95,75	17	56,47				
3	797,66	19	151,04	16	90,39	14	52,71				
10	447,34	5	146,02	21	84,38	23	50,27				
13	382,00	7	144,68	15	83,32	26	41,11				
1	353,06	11	136,6	20	81,65	25	38,61				
4	291,25	22	116,22	24	73,83						
9	231,27	12	112,58	18	73,4						

Por fim, os resultados da Tipificação Regionalizada foram apresentados destacando inicialmente uma visão comparativa dos Tipos Regionalizados em escala nacional, considerando problemáticas transversais ao mundo rural no país que representam desafios para estratégias de desenvolvimento. Estão descritos os seguintes eixos: a) Trajetória Histórica nos Tipos Regionalizados; b) Dinâmicas Recentes e possibilidades de uso dos Tipos Re-

gionalizados face aos desafios em algumas estratégias de Desenvolvimento; c) Importância da agricultura de base familiar na diferenciação dos Tipos Regionalizados observada a partir da: i) importância relativa da área total dos estabelecimentos em agricultura familiar no total da área dos estabelecimentos agropecuários, somando os dados por municípios componentes de cada Tipo Regionalizado (IBGE: Censo Agropecuário, 2006); ii) diferenças (forças e fragilidade) entre agriculturas de base familiar em cada Tipo Regionalizado; iii) a pobreza, muito ressaltada como uma característica marcante do quadro rural brasileiro; iv) a maior ou menor possibilidade por parte dos moradores do campo de vencer as distâncias físicas que os separam de centralidades externas ao seu ambiente cotidiano. Em seguida estabeleceu-se uma comparação entre os tipos componentes em cada Bioma/Macrogrupo e escreveu-se uma breve descrição de cada um deles. O conjunto desses procedimentos e resultados pode ser observado mais detalhadamente no Relatório Técnico da Pesquisa (Bitoun, J.; Miranda, L. 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aportes conceituais elaborados no decorrer do trabalho, somados às experiências de construção e implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento territorial rural e de articulação dos atores locais em espaços colegiados de governança territorial, já se constituem em uma importante base para lançar o debate sobre o significado e o papel dos espaços rurais na construção de um novo padrão civilizatório e de um projeto de desenvolvimento para o Brasil no século XXI. Esse debate deve ser levado a três setores essenciais: i) os gestores das políticas públicas nas diferentes escalas de governo; ii) os legisladores, desde os senadores até os vereadores; e iii) os representantes dos movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil. Assim, o tema relativo à importância do Brasil rural

contemporâneo deve ganhar visibilidade na agenda pública da sociedade.

A tipologia regionalizada, antes apresentada, destaca diferentes características de densidade demográfica, relações com bioma mais ou menos transformado, de distâncias inframunicipal e acesso a serviços, de oportunidades de trabalho na agricultura e fora dela, de condições de vida, de oportunidades econômicas e indicadores demográficos muito diferenciados. Interagem, com diferentes pesos, na capacidade de políticas públicas nacionais em alcançar as populações e os territórios. Ao considerar a existência de ruralidade(s) no cenário brasileiro, possibilita-se, também, o reconhecimento de distintos tratamentos para essas diferentes realidades, em especial nas políticas públicas. Subdimensionar a população rural tem muitas implicações, principalmente para as políticas públicas, seja para os territórios urbanos, rurais ou regionais. Os esforços no caminho da superação de limites institucionais e do entendimento da ruralidade como forma de organização da vida social, ampliam a perspectiva na direção de construção de políticas públicas integradas e multisetoriais.

Nessa direção, considerando a centralidade da contribuição dos agricultores de base familiar na diversidade do território do país, constatada no estudo, parece necessária a promoção de estratégias de comunicação para ressaltar a modernidade expressa na diversidade das agriculturas familiares. Destacam-se entre outros fatos: a relação com a natureza e a diversidade das paisagens; o papel da pluriatividade na vida das pequenas cidades; o manancial de conhecimento – importância da educação de campo; a dimensão cultural ligada à alimentação; a importância dos circuitos curtos de comercialização; o monitoramento e divulgação da aplicação da lei de 2009 da alimentação escolar e de seus efeitos sobre a educação alimentar dos jovens.

É preciso criar as condições políticas de promoção de alianças territoriais capazes de fortalecer as redes e tecidos sociais de coesão dos territórios rurais, com a participação de um diversificado conjunto de atores sociais.

Trata-se de apoiar a constituição de um campo político que dispute a construção de um novo padrão civilizatório para os territórios rurais, tendo por base a paridade no atendimento dos serviços públicos essenciais e no acesso aos direitos para as populações que vivem nas áreas rurais e urbanas. Um campo de forças que desperte nas demais forças da sociedade um interesse pela valorização dos espaços rurais e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento de um projeto democrático, inclusivo, sustentável de país.

Recebido em: 02/03/2015

Aprovado em: 12/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. Pensando o Futuro das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil. In: FAVARETO, Arilson et.al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA. 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

_____. et.al.. *Brasil atual: um novo olhar sobre o rural e seus desafios*. Brasília: IICA. 2014 (mimeo)

BITOUN, J.; MIRANDA, L. *Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas: PRODUTO P4 B: Proposta de Tipologia: Versão Final*. Brasília: IICA. 2014 (mimeo)

BRENNER, Neil. *Teses sobre a urbanização*. In e-metropolis nº 19, Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ /observatóriodasmetrolopoles. Ano 5, dezembro de 2014, p.6-26.

COUTINHO, L. M. *O conceito de bioma*. In: Acta bot. bras. 20(1): 13-23. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n1/02.pdf>

FAVARETO, Arilson. et.al.. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA. 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

IBGE. *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE. 2011a.

IBGE. *Brasil: Divisão Urbano Regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. *Cadastro de Localidades Seleccionadas 2010*. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. Disponível em (ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/)

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em (<http://downloads.ibge.gov.br/>)

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro: IBGE. 2008.

MEDEIROS, Leonilde S.; DIAS, Marcelo Miná. Bases para a construção de um marco jurídico-normativo do desenvolvimento territorial no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Territorial: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo*. Brasília: IICA. 2011.

MIRANDA, C. SILVA, H. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras* (Org.e) - Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21) 476 p.

SAULE Jr. A competência do município para disciplinar o território rural. In: SANTORO, P.; PINHEIRO, E. org. *O município e as áreas rurais*. São Paulo: Instituto Pólis, 64p.

VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. 304p.

VEIGA, J. E. *A dimensão rural do Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 22. Rio de Janeiro. 2004

WANDERLEY, M. N. B., FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Parte 3, Pag. 413 a 473. In:

MIRANDA, C. SILVA, H. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21) 476 p.